Introdução

Antonio Roberto Faustino da Costa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

COSTA, A. R. F. Introdução. In: *Industrialização do ensino e política de educação a distância* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2019, pp. 25-35. Ensino e aprendizagem collection, vol. 4. ISBN: 978-85-7879-350-0. <https://doi.org/10.7476/9788578793500.0002>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

INTRODUÇÃO²

A **tese** deste estudo é que *o discurso da industrialização do ensino governa a prática discursiva que norteia a política nacional de educação a distância*. O argumento que fundamenta nossa tese considera que, desde meados do século XX, o Estado brasileiro exerce o papel de institucionalizar o processo de industrialização do ensino no país, criando as bases discursivas e não discursivas para a expansão crescente da educação a distância (EAD) em nível nacional.

2 Em que pese alterações incidentes sobre a política nacional de educação a distância na última década, decidiu-se manter aqui em grande parte o texto originalmente apresentado, em agosto de 2008, como tese de doutorado, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O que implica considerar contribuições da Banca Examinadora sobre a versão final da referida tese, composta pelos professores Mirian de Albuquerque Aquino (orientadora), Arnon Alberto Mascarenhas de Andrade, Ivone Tavares de Lucena, Olga Maria Tavares da Silva e Maria da Salete Barboza de Farias. Além da supressão de alguns tópicos do texto original, decidiu-se também intitular o presente livro de “Industrialização do ensino e política de educação a distância”, em substituição ao título original mais extenso, “O discurso da industrialização do ensino na Política Nacional de Educação a Distância”.

Como resultado, o Brasil passa a dispor de um dos maiores sistemas de EAD em todo o mundo, abrangendo desde o ensino fundamental até a educação corporativa.

Alicerçada no avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs), a EAD expande-se no país, sobretudo na última década, comprometida em ampliar a oferta de ensino, a qualificação profissional e a educação continuada. O “Anuário brasileiro estatístico de educação aberta e a distância” - ABRAEAD 2008 aponta que o total de matrículas em cursos a distância no ano passado superou os 2,5 milhões de estudantes, havendo estimativa de um aumento de 40% para 2010 (PORTAL, 2008). O ABRAEAD 2007 havia assinalado que os maiores investimentos em EAD provinham das empresas privadas e do treinamento de funcionários, observando-se em paralelo o incremento das políticas públicas (SUA EXCELENCIA, 2007, p.137).

Na realidade, instaura-se junto ao Estado brasileiro uma política nacional de educação a distância, baseada em uma série de programas e sistemas de EAD sem precedentes na história do país. Graças à exigência legal de todo professor do ensino básico ter um curso de graduação, a formação docente é a principal atividade dos projetos públicos em EAD, destacando-se os consórcios envolvendo instituições de educação superior, como o Veredas de Minas Gerais, o Cederj (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro) (AS INSTITUIÇÕES, 2007, p.39) e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Até 2010, a UAB prevê alcançar 140 mil alunos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação a distância que serão ofertados em todo o país por 830 pólos de apoio presencial (BRASIL, 2008c).

A expansão da EAD no Brasil é consubstanciada pela emergência de um marco regulatório que vai induzir a

expansão do sistema público de ensino na direção de responder a uma demanda de caráter nacional e universal. Com a inclusão e posterior regulamentação do artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que trata do ensino a distância, a EAD recebe um forte impulso a sua institucionalização. Ao mesmo tempo, o Ministério da Educação (MEC) cria em torno da Secretaria de Educação a Distância (SEED) toda uma estrutura de governo voltada, especialmente, para atuar no campo do ensino a distância, consolidando assim uma legitimidade burocrático-institucional junto à EAD (A ALTERNATIVA, 2007, p.149).

O impacto da EAD no processo de ensino-aprendizagem, concomitantemente, ganha elevada importância junto à produção acadêmico-científica nacional, mediante estudos e pesquisas que passam a abordar a influência que as TICs exercem na sala de aula, na prática pedagógica e nas experiências de aprendizagem. Realizada a partir de 2004 e envolvendo diversas áreas, a “Pesquisa colaborativa sobre a produção do conhecimento em educação a distância no Brasil, de 1999 a 2006”, que representa um amplo e atualizado mapeamento a respeito dessa produção, registra quase 2.200 trabalhos que abordam a temática da EAD, incluindo teses e dissertações. Confirmando a prevalência entre os estudos do interesse pela tecnologia educacional, suporte, serviços, gestão e logística, a edição da pesquisa publicada em 2007 assinala o refluxo dos estudos de natureza estratégica, filosófica e política (ANDRÉ et al, 2007, p.163) .

Além de negligenciar aspectos importantes, essa produção tem pouco contribuído para superarmos um posicionamento, muitas vezes, acrítico que não aprofunda as repercussões provocadas pelo processo de inovação e

globalização por que passa a educação na sociedade contemporânea. Marca essa literatura, em particular, uma atenção tímida relativamente aos fundamentos macroestruturais da educação a distância, a destacar os discursos que orientam a incorporação em larga escala da EAD na rede pública de ensino.

A nossa preocupação com os rumos da EAD no país remonta os inícios dos anos 2000, quando coordenávamos e orientávamos projetos de pesquisa junto ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). As pesquisas então desenvolvidas culminaram na plaquete “(Des)Caminhos da educação a distância no Brasil do século XX” (não publicada) que tentava revisar, sumariamente, as continuidades e descontinuidades da política nacional de EAD, desde o cinema educativo até a TV Escola (COSTA, 2001). Consolidando nossas inquietações, em 2004, originava o presente estudo o seguinte problema: quais os fundamentos político-pedagógicos que orientam a política de educação a distância do Estado brasileiro?

Tomando como premissa a indignação permanente da pedagogia de Freire (2000), a problemática foi transformada em projeto de doutoramento, submetido e aprovado para ser desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob orientação da Prof^a Dr^a Mirian de Albuquerque Aquino. Além de se inscrever em um programa cuja tradição na área de concentração assume caráter ímpar no país, devotado às interrelações entre Educação Popular, Comunicação e Cultura, o projeto vinculava-se à linha de pesquisa Estudos Culturais e Tecnologias de Informação e Comunicação. Atualmente denominada Estudos Culturais da Educação, a linha

mantém como um dos seus principais objetivos tratar dos fundamentos desses estudos e de suas interfaces nos processos culturais e comunicacionais.

Naquele momento, nossa preocupação se concentrava em caracterizar e cotejar os paradigmas teóricos que orientavam a política de EAD nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, até porque reportavam ambos ao período de maior expansão da educação a distância no país. Ao final do primeiro ano de doutoramento, foi possível elucidarmos, mais precisamente, o que concebíamos como paradigmas. Como resultado do estudo “Abordagens teóricas da educação a distância” (COSTA, 2005), constatamos através de revisão da literatura que – refletindo o próprio dilema da pedagogia e das ciências da educação – a EAD não dispunha de teorias endógenas e sua fundamentação inscrevia-se nos marcos das teorias da aprendizagem, gestadas em domínios científicos que fazem interface com a pedagogia. Por último, a literatura internacional nos permitiu vislumbrar a prevalência não propriamente de teorias, mas de três abordagens de cunho teórico-conceitual que tomavam a EAD como fenômeno - teoria da independência e autonomia, teoria da comunicação e interação e teoria da industrialização do ensino.

A partir de então, a noção de industrialização do ensino formulada pelo pensador alemão Otto Peters passou a ser adotada como arcabouço teórico do nosso projeto de tese. Além de se destacar entre as principais abordagens no campo da educação a distância (KEEGAN, 1991), a concepção apresenta-se como a mais abrangente para dar conta da complexidade do fenômeno da EAD no mundo contemporâneo. Empregada para caracterizar e diferenciar a educação a distância da educação presencial,

a abordagem parte da premissa de que, enquanto a educação face a face compreende formas pré-industriais, a EAD pressupõe essencialmente condições industriais de ensino.

Tais condições têm como base o princípio da racionalização, caracterizada através da substituição do trabalho individual pela produção baseada na divisão de trabalho que conduz ao surgimento e expansão crescente de linhas de montagem e da produção de massa. Como consequência, o processo pedagógico em educação a distância é reestruturado por mecanização e automação, condições essenciais para as seguintes características emergirem: a concepção prévia dos cursos igualmente ao trabalho preparatório que acontece antes do processo de produção; a dependência da efetividade do processo pedagógico ao planejamento, organização, formalização, padronização, objetivação e adoção de métodos racionais e científicos; a mudança de função e especialização dos profissionais envolvidos; a concentração dos recursos e uma administração centralizada (PETERS, 1967).

Mesmo assim, o problema de apontar os fundamentos da política de EAD ainda não estaria plenamente elucidado, dado que a solução seria de outra ordem. O comportamento político aí em jogo seria atravessado por uma prática discursiva que, embora guardando relação com as determinações econômico-sociais, não coincidiria com estas nem muito menos com as teorias políticas vigentes (FOUCAULT, 2002, p.220). Tomando como base esse pressuposto, adotamos como referencial teórico-metodológico a Análise de Discurso de orientação francesa que, apoiada no materialismo histórico, na lingüística, na psicanálise e na teoria do discurso, permite-nos conceber a industrialização do ensino do ponto de vista discursivo,

como configurando - além de uma abordagem teórica - um sistema de enunciabilidade.

Levando em conta sua natureza, complexidade e, sobretudo, extrema relevância na agenda da sociedade contemporânea, consideramos que a industrialização do ensino comporta em si uma formação discursiva, direta e substancialmente, determinada pelas injunções da formação ideológica e social capitalista no campo da educação. O que lhe impõe, a priori, está intrinsecamente caracterizada e a serviço do modelo de produção industrial, muito mais ainda, em estágio crescente de globalização. Onde decorre sua luta permanente com outras formações discursivas - em destaque aquelas que privilegiam, por um lado, a independência e autonomia e, por outro, a comunicação e interação - para nortear os discursos relacionados aos sistemas e políticas de EAD em todo o mundo, incluindo o Brasil.

Assumindo a idéia da industrialização do ensino como formação discursiva, levantamos então as seguintes pressuposições:

- a) O processo de reestruturação do modo de produção capitalista, com ênfase na globalização da economia e na centralidade da informação, da comunicação e do conhecimento, contribui para acentuar progressivamente as condições que caracterizam, desde o início, a estrutura industrial da EAD;
- b) A política nacional de educação a distância configura-se como um dispositivo de institucionalização da industrialização do ensino no país, sobretudo, quando consideramos que a própria política educativa brasileira - mormente no estágio de hegemonia do neoliberalismo em nível global - impõe ao

- sistema de ensino como um todo um processo de racionalização e modernização sem precedentes;
- c) Além de atrelada aos sistemas econômico, social, cultural e pedagógico, a política de EAD encontra-se articulada a uma prática discursiva que lhe induz a ser regida pelo sistema de formação discursiva que comporta a industrialização do ensino.

Nosso estudo, a partir dessa delimitação, passou a ter como **objetivo geral** *analisar como a industrialização do ensino constitui-se em formação discursiva dominante do discurso em torno da política nacional de educação a distância*. Isso não impediria que elementos da formação discursiva pré-industrial figurem no entremeio desse discurso, através de fenômenos de continuidade, retorno e repetição (FOUCAULT, 2002, p.197). Sua presença, contudo, assim como a de outras formações que poderiam estabelecer relações contraditórias importantes à constituição e reformulação do discurso em questão, parece não ser determinante.

Mais especificamente, dois **objetivos** se destinam a dar conta de como essa determinação se processa e funciona, na ordem do discurso e das práticas não-discursivas. O primeiro objetivo específico visa **(a)** *evidenciar como o discurso oficial reveste-se de uma prática discursiva capaz de fazer predominar a industrialização do ensino entre as formações discursivas que se debatem em torno da política de EAD*. Nossa intenção, a partir daí, é compreender como se organiza a materialidade e a exterioridade do discurso, identificando as suas regularidades e descontinuidades, condições de produção, posições dos sujeitos envolvidos e formações discursivas e ideológicas que mobiliza.

O segundo objetivo específico, por sua vez, visa **(b)** *elucidar como essa prática discursiva sofre os efeitos e é capaz de influenciar a prática social refletida na política de EAD*. Partimos do pressuposto de que esta última, embora atrelada a uma ordem sócio-histórica de natureza macro-estrutural, não determina a priori o discurso oficial; mas que este, também, é condicionado pelos acontecimentos que a prática discursiva retoma, instaura, reformula e faz circular constantemente, tornando-se capaz de produzir efeitos sobre as decisões políticas. Nossa intenção, desta feita, é entender como se relacionam a estrutura e o acontecimento discursivo, no curso de uma política de Estado conduzida sob a égide da formação social onde predomina o modo de produção capitalista.

O nosso estudo está inscrito, dessa forma, no entre-meu de um discurso cuja complexidade atravessa a política, a sociologia e a linguagem nos sistemas educativos, as necessidades e determinações político-sociais na criação de ideologias e na legitimação de interesses no campo educacional, formando um estado de processo discursivo apoiado na história. É inegável que temos consciência de que existe uma distância entre os objetivos declarados no discurso oficial e aqueles efetivamente perseguidos pelos sistemas educativos. Desvelar a essência dos processos discursivos e das próprias políticas educativas, muitas vezes difusas, representa uma preocupação ética e social de tamanha importância que torna premente aprofundarmos a análise da incorporação de novas linguagens e tecnologias na educação pública, sob um olhar essencialmente crítico (FREIRE, 2000).

Para tentarmos responder a essas inquietações, estruturamos o trabalho em quatro capítulos que traduzem mais detalhadamente os argumentos aqui apresentados.

No Capítulo 2, definimos as origens, características e conceitos centrais à educação a distância como campo de conhecimento. Nosso argumento principal é que a industrialização do ensino constitui a abordagem que melhor dá conta do fenômeno da EAD sob uma perspectiva sociológica, fundamentando e contextualizando a tese aqui apresentada.

No Capítulo 3, problematizamos e delimitamos a Análise de Discurso face ao fenômeno em estudo, definindo a sua natureza de dispositivo analítico, a constituição do *corpus* discursivo e os procedimentos metodológicos aplicados à análise dos dados empíricos. O *corpus* que pesquisamos compreende, basicamente, um grupo de dez textos que representam os discursos oficiais, pronunciados nas últimas seis décadas, que dão suporte à política nacional de EAD. Apesar de tão longo período, a nossa preocupação não reside na tentativa de arrolar exaustivamente o conjunto dos documentos e publicações relacionados ao fenômeno, mas sobretudo vislumbrar a regularidade e a vinculação desse discurso a uma formação discursiva.

No Capítulo 4, apontamos como a política de EAD constitui, ao mesmo tempo, uma prática social e discursiva, visando compreender suas continuidades e descon continuidades. Percorrendo as suas condições de produção, situamos o *corpus* discursivo inicialmente nos marcos do Estado contemporâneo, objetivando estabelecer a relação entre educação, políticas públicas e discurso. Logo em seguida, examinamos mais detalhada e profundamente como a materialidade lingüística desse *corpus* transforma-se em discurso, ganha sentido e circularidade. Nossa ênfase recai sobre o discurso em torno da Universidade Aberta do Brasil, mais recente e representativo da atual política de EAD, porém estendemos a análise aos demais

textos, no sentido de desvendarmos como a regularidade discursiva afeta outros contextos sócio-históricos também importantes à vida nacional.

Nas Considerações Finais, ao apresentarmos as principais conclusões deste estudo, reforçamos nossa tese convictos de contribuir para uma posição crítica face ao discurso da política nacional de educação a distância. Postura que não deixa de representar uma prática discursiva, investida de uma possibilidade concreta de prática social.